



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

PLATAFORMA DE SABERES: UM COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Por

Ana Carolina de Freitas Guimarães

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Orientadora: Dra. Maria Cristina Soares Guimarães

Rio de Janeiro, 2018



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SAÚDE

PLATAFORMA DE SABERES: UM COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

por

ANA CAROLINA DE FREITAS GUIMARÃES

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientadora: Dra. Maria Cristina Soares Guimarães

Rio de Janeiro, dezembro de 2018

GUIMARÃES, Ana Carolina de Freitas. **Plataforma de Saberes: um compromisso com a preservação da memória da ciência e tecnologia**. 2018. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Informação Científica e Tecnológica) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo para a constituição de memória do projeto “*Plataforma de Saberes: Envolvimento e participação da comunidade em difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico*”, utilizando como alicerce o Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (ARCA). O desenvolvimento deste projeto possibilitará organizar esse grande mosaico de produção, com o compromisso de preservar sua memória, viabilizando sua disseminação e impulsionando o processo de engajamento da ciência com a sociedade.

Palavras-chave: Plataforma de Saberes; Preservação da Memória; Repositório Institucional; Comunicação e Visibilidade

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Justificativa	7
3. Objetivos.....	14
3.1 Objetivo Geral.....	14
3.2 Objetivos Específicos.....	14
4. Referencial teórico.....	15
4.1 Memória Institucional e Política Nacional da Memória da C&T.....	15
4.2 Repositório Institucional e Acesso Livre.....	17
4.3 Repositório Institucional da Fiocruz - ARCA.....	20
5. Metodologia	24
6. Resultados esperados	26
7. Referências consultadas.....	27
8. Cronograma.....	5
9. Orçamento.....	5

1. INTRODUÇÃO

Memória coletiva, social e pessoal. A partir das diversas linguagens e códigos, o *Homo sapiens*¹ constitui marcas, rastros ou traços que contém informação, dando origem assim aos primeiros sinais de registro da memória. A oralidade antecede o advento da escrita e suas memórias eram partilhadas transmitindo conhecimento oralmente, de geração para geração, sob a forma de mitos, lendas e narrativas contadas ou cantadas. A sapiência era armazenada apenas na mente humana, porém padecia com o tempo pois a memória oral é factível à esquecimentos. (COSTA, 1997. SIQUEIRA, 1997)

A descoberta do alfabeto possibilitou outras maneiras de conservar essas memórias. Após a revolução que essa nova forma de registro do conhecimento se constituiu, foi possível ao homem perpetuar fragmentos de sua memória, experiência e vivência sem a intermediação de outros homens. Segundo Siqueira (1997):

(...) a alfabetização em massa rompeu a barreira da memória, propiciando a conservação de registros sistemáticos de conhecimento. Papiro, pergaminho, papel e, depois, outros suportes eletrônicos e digitais foram-se multiplicando e armazenando informações. A cultura ganhou uma nova dimensão com a escrita e as posteriores formas de prolongamento da memória. Com a possibilidade de expansão das memórias, os processos de inovação científica e tecnológica e as mudanças sociais se aceleraram.

Bibliotecas, museus e livros virtuais são adventos da virada do século XXI e fontes de informação dessas memórias, em virtude do avanço tecnológico. Hoje temos diversas fontes informacionais com potencial para moldar o futuro, um dos principais desígnios da gestão documental dessas fontes foi a idealização de Repositórios Institucionais. (SIQUEIRA, 1997; LYNCH, 2003)

O Repositório Institucional é “um conjunto de serviços que uma instituição oferece aos membros de sua comunidade, visando o gerenciamento e disseminação dos materiais digitais criados pela instituição e pelos membros de sua comunidade”. (LYNCH, 2003)

¹ *Homo sapiens* é o nome dado à espécie dos seres humanos, de acordo com a classificação taxonômica. Esta é uma expressão latina que significa literalmente “homem sábio” ou “homem que sabe” Fonte: <<https://www.significados.com.br/homo-sapiens/>>

Sendo assim, os repositórios institucionais surgem como alternativa tanto para a agilização do processo de comunicação científica quanto para a gestão do conhecimento científico. Os Repositórios institucionais são uma manifestação visível da importância emergente da gestão do conhecimento. (LYNCH, 2003)

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo de constituição de memória do projeto “*Plataforma de Saberes: Envolvimento e participação da comunidade em difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico*”, utilizando como alicerce o Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz, designado como “ARCA”; com o intuito de preservar e dar visibilidade ao mesmo.

2. JUSTIFICATIVA

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma Instituição de Ciência e Tecnologia em Saúde vinculada ao Ministério da Saúde. Tem como missão produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a promoção da saúde e qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

O Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) é uma das Unidades Técnico-Científicas da Fiocruz, que tem como missão contribuir para a melhoria das condições de saúde da população brasileira, através de ações integradas de pesquisa clínica, desenvolvimento tecnológico, ensino e assistência de referência na área de doenças infecciosas.

O Laboratório de Pesquisa em Epidemiologia e Determinação Social da Saúde (LAP-EPIDSS) é um dos 19 laboratórios de pesquisa fomentados pelo INI. Este laboratório contribui com a sociedade desenvolvendo pesquisas relacionadas Epidemiologia Clínica, bem como, a Epidemiologia Social. Um dos principais projetos desenvolvidos pelo LAP-EPIDSS, é o *“Plataforma de Saberes: Envolvimento e participação da comunidade em difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico”*.

O principal escopo deste projeto é produzir conhecimento envolvendo ciência e sociedade a partir de ações de promoção da saúde. O *Plataforma de Saberes* se consolidou em 2012 a partir dos desdobramentos de projetos que o antecedeu, sendo assim, é apresentado, a seguir, os principais marcos históricos que culminou a construção dessa iniciativa.

➤ **2002 - “Estudo clínico-epidemiológico e operacional da quimioprofilaxia para tuberculose em portadores da co-infecção TB-HIV do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas”**

Esta pesquisa iniciou em agosto de 2002, a partir da implantação das consultas de saúde pública no INI, volta+da para a prevenção da tuberculose em pacientes portadores da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). (SOUZA, 2012)

Durante a rotina das consultas, muitos pacientes se sentiram confortáveis em tirar suas dúvidas acerca de questões como: localização das estruturas anatômicas, funções de órgãos, entre muitas outras. As dúvidas foram surgindo e para atender essa demanda, originou o projeto a seguir.

➤ **2005 - “Grupo de Estudo em Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias: uma iniciativa permeada pela humanização na construção compartilhada de conhecimentos”**

Preliminarmente foi realizada a sondagem com os pacientes em acompanhamento do projeto de prevenção em tuberculose, com a finalidade de colher a opinião e o interesse na participação e na criação de um Grupo de Estudos (GE).

Segundo Souza (2012) “um fato diagnosticado pela equipe foi o nível de escolaridade (...) e o interesse demonstrado pela grande maioria deles em continuar estudando, ou seja, retornar algum dia à sala de aula para simplesmente aprender”.

O contato com as histórias dos pacientes, associado ao perfil epidemiológico das doenças mencionadas, teve como desdobramento do projeto inicial a linha de pesquisa: “Educação em Saúde: Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias” (SOUZA, 2012). Sendo assim foram formados o os seguintes GEs:

a) I GE em Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias:

A partir deste estudo preliminar (Estudo clínico-epidemiológico e operacional da quimioprofilaxia para tuberculose em portadores da co-infecção TB-HIV do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas) foi formado o primeiro GE. O público abrangente foram os participantes do projeto portadores do vírus da imunodeficiência humana/HIV e seus familiares/amigos.

b) II GE em Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias:

O impacto do I GE gerou interesse e demanda nos trabalhadores de saúde dos diversos setores e serviços do INI (profissionais do setor administrativo, laboratórios, limpeza, farmácia, entre outros) formando-se o II GE destinado a esta clientela, com os mesmos objetivos educacionais. (SOUZA, 2012)

c) III GE em Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias:

Os participantes do GE I e II se uniram e a composição do terceiro grupo passou a ser mista, participando então pacientes não somente portadores do HIV, como de outras doenças infecciosas (leishmanioses, doença de Chagas, hanseníase, tuberculose, entre outras) e seus respectivos familiares/amigos e trabalhadores do INI. Durante esse projeto foi produzido o livro “Noções Básicas de Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias”. O livro (Figura: 1) fazia parte das atividades teórico-práticas (exemplo de atividade prática na Figura: 2) e foi utilizado como material didático do GE. Todo o conteúdo foi elaborado pela equipe. Foi contabilizado em 2012, o somatório de 6 GEs (2005-2011), totalizando, aproximadamente, 120 participantes. (SOUZA, 2012).



Figura 1: Livro “Noções Básicas de Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias”
Fonte: Acervo do projeto



Figura 2: Aula prática de anatomia
Fonte: Acervo do projeto

➤ **2008 - “Compartilhando Saberes: uma parceria do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (INI/Fundação Oswaldo Cruz) e a Escola Municipal (EM-EG) Estado da Guanabara”**

Este projeto foi idealizado na perspectiva de colaborar com o desenvolvimento humano pela interlocução entre conhecimento científico e saber escolar, promovendo uma inserção mais ampliada do INI na sociedade, e promovendo a formação de multiplicadores sociais. Seu escopo gira em torno da ampliação da abrangência das iniciativas realizada no projeto anterior, articulando saberes entre profissionais do INI e os diferentes atores que atuam no espaço escolar (docentes, discentes, famílias, comunidade), refletindo os usos e aplicações do conhecimento científico produzido pela pesquisa clínica em relação às doenças infecciosas;

➤ **2010 - “Atividades Complementares em Saúde e Ambiente do Grupo de Estudo em Epidemiologia e Prevenção das Doenças Infecciosas e Parasitárias: uma iniciativa de difusão e popularização da ciência”**

Em novembro de 2010 foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Fiocruz e a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC), visando à implementação da “Rede de Saúde e Cultura: Programa Cultura Viva promovendo a inclusão e a qualidade de vida”, cujo objetivo é apoiar e fortalecer a ampliação e a sustentabilidade de ações integradas da Educação, Cultura e Saúde que promovam a inclusão social, a gestão participativa, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento do cidadão brasileiro como sujeito de direito nas esferas Federais, Estaduais e Municipais. (SOUZA, 2012)

Essa iniciativa foi um dos pilares para a construção deste projeto, pois este acordo reafirma o *conceito ampliado de saúde*² estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entendendo que:

A cultura é importante para a saúde, e apoiar a construção de políticas intersetoriais, promovendo a qualidade de vida, desenvolvimento, equidade, melhoria social, acesso à saúde e à cultura. (...) A Rede de Cultura e Saúde pode ser um catalizador e importante agente no combate as doenças infecciosas, crônicas e outros agravos à saúde, pois a forte

² Conceito ampliado de saúde: “Estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (OMS, 1948)

articulação entre cultura, saúde e educação como veículos de disseminação de informação e conhecimento transformam a concepção de saúde, do indivíduo, através da experiência vivenciada. (SOUZA, 2012)

As Figuras 3 e 4 seguem como exemplos de atividades culturais promovida pelo projeto:



Figura 3: Visita técnica ao Instituto Vital Brasil
Fonte: Acervo do projeto



Figura 4: Visita técnica ao Jardim Botânico
Fonte: Acervo do projeto

➤ **2012 - “Plataforma de Saberes: Envolvimento e participação da comunidade em difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico”**

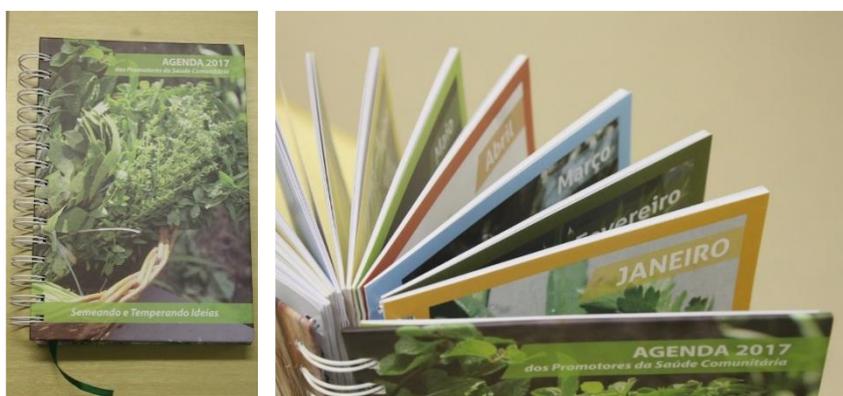
Em 2012 todos os projetos anteriores foram compilados no *Plataforma de Saberes*, este tem como principal objetivo construir práticas inovadoras de promoção da saúde e formas de produção de conhecimento compartilhado entre pesquisadores, profissionais de saúde e a comunidade. Além disso, contribui para a inclusão social, melhoria da qualidade de vida e valorização da autoestima, incentivando cidadãos a serem multiplicadores, ou seja, Promotores da Saúde Comunitária.

Este projeto desenvolve ações direcionadas ao acesso do conhecimento científico e tecnológico da comunidade interna (pacientes do INI/Fiocruz, seus amigos/familiares, colaboradores da Fiocruz) e externa (escolas da rede pública de ensino, comunidades do estado do Rio de Janeiro) da Fiocruz. O *Plataforma de Saberes* trabalha com o conceito ampliado da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, e por si só, é uma iniciativa inovadora devido suas características.

Ao longo dos anos, o *Plataforma de Saberes* vem construindo um grande mosaico de produção intelectual que testemunha a trajetória do projeto. Dentre

tantas produções, registra-se, a seguir, duas iniciativas realizadas pelo *Plataforma de Saberes*:

Grupo de Estudo em Segurança Alimentar: Alimentação saudável para Promotores da Saúde Comunitária – fomentou a construção de uma agenda intitulada como “Agenda dos Promotores da Saúde: semeando e temperando ideias” (Figura: 6). A cada página do mês continha uma imagem diferente, todas produzidas pela equipe (Figura: 7), e no verso dos meses haviam receitas produzidas pelos participantes a partir de suas experiências com das oficinas ministradas pela equipe de nutrição, que tinham como foco a conscientização sobre a importância da alimentação saudável, realizadas em junho de 2016.



Figuras 6 e 7: *Agenda dos Promotores da Saúde: semeando e temperando ideias*
Fonte: Acervo do projeto

Construção de Material Educativo com a participação da comunidade para divulgação em eventos – O laboratório sempre participa de eventos de divulgação científica & tecnológica, visto isso, idealizamos reunir um grupo com representantes sociais da comunidade para construir um Material Educativo (ME) que tivesse como ponto de partida as dúvidas e demandas da comunidade. Em agosto de 2017, foi criado um grupo com os seguintes representantes da comunidade: dois farmacêuticos; o presidente da “Associação Lutando para Viver Amigos do INI”; a presidente do “Poderosas Amigas da Mama”, mulheres que passaram pelo câncer de mama em Nova Iguaçu; os coordenadores do “Comitê Comunitário Assessor” – “CAB” em 2017, também de Nova Iguaçu; um epidemiologista; a estagiária do laboratório e a coordenadora da pesquisa. Esse grupo se consolidou e produz Materiais Educativos ainda hoje, totalizando três folders: “Considerações sobre

Medicamentos” (Figura: 8), “Saúde do Homem” (Figura: 9) e “Práticas Integrativas e Complementares em Saúde” (Figura: 10).



Figura 8: Folder medicamentos – considerações importantes sobre uso e armazenamento
Fonte: Acervo do projeto

Figura 9: Folder novembro azul – saúde do homem
Fonte: Acervo do projeto

Figura 10: Folder Práticas Integrativas e Complementares em saúde (PICS)
Fonte: Acervo do projeto

Essas experiências de relação Ciência e Sociedade, que por si só são produtoras de conteúdos e produtos díspares, são fragmentos da memória do projeto *Plataforma de Saberes* e que contam sua história. Todo o acervo dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto, estão armazenados de forma pulverizada, de tal maneira que sua história não pode ser contada e nem facilmente acessada de forma livre. Sendo assim, a questão norteadora deste projeto é “*como organizar e armazenar a produção intelectual do projeto Plataforma de Saberes sob o designo da preservação da sua memória?*”

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Desenvolver um estudo para constituição de memória do projeto “*Plataforma de Saberes*”, alicerçado pelo Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (ARCA).

3.2 Objetivos Específicos

- a)** Identificar, analisar e categorizar os documentos produzidos;
- b)** Preservar a memória e garantir o Acesso Aberto;
- c)** Fomentar visibilidade ao projeto.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar este trabalho, será utilizado como pilar para a construção do referencial os seguintes eixos teóricos: Traçar paralelos entre Memória Institucional e Política da Memória Nacional; Repositório Institucional e Acesso Livre; e por fim trazer a trajetória da trajetória do Repositório ARCA e a Política de Acesso Aberto da Fiocruz.

4.1 Memória Institucional e Política Nacional da Memória da C&T

Costa (1995, p.54) afirma ser fundamental, para o desenvolvimento da memória institucional, a definição de caminhos (métodos, políticas, meios adequados, etc.) a serem percorridos tendo por objetivo a sua organização. Tais caminhos deveriam ser fundados numa política de memória voltada para ação. Tal política visa alcançar dois objetivos fundamentais: 1) Organizar o acervo histórico (bibliográfico, arquivístico e museológico, etc.) de modo a preservar as informações que as instituições e seus agentes produzem; 2) Divulgar (transmitir, disseminar) a memória institucional através de ações específicas (programas, projetos) não apenas no interior da(s) própria(s) instituição(ões), mas também no âmbito das sociedades nas quais se inserem. E esta divulgação precisa ser feita através de programas comprometidos com a memória histórica e não nos estreitos limites da história oficial discriminatória.

Em 2003 saiu o relatório da Comissão Especial nomeada pelo CNPq, com o intuito de estudar e propor uma política de preservação da memória nacional da ciência e tecnologia (C&T). O CNPq colheu contribuições de cientistas, políticos, dirigentes de instituições de pesquisa e de preservação da memória, historiadores e muitos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com acervos científicos e instituições científicas. O relatório apresenta problemas graves enfrentados para a elaboração de uma política para a memória científica e tecnológica. (BRASIL, 2003, p.3)

A Comissão Especial trabalhou convicta de que o Brasil precisa cuidar judiciosamente da memória de sua produção científica e tecnológica sob pena de não se reconhecer como integrante do grande processo de construção do conhecimento humano. Levando-se em conta que a produção do conhecimento se

confunde com o esforço de construção da Nação, uma política de memória da ciência e da tecnologia é de importância indiscutível; sem esta memória seria impossível pensar seriamente o trajeto brasileiro.

A Política Nacional de Memória da C&T (2003, p.4) julga que as instituições da esfera pública não percebem a importância da memória da ciência e da tecnologia. O mesmo se pode dizer da sociedade civil, incluindo a comunidade diretamente envolvida com a produção do saber científico e tecnológico.

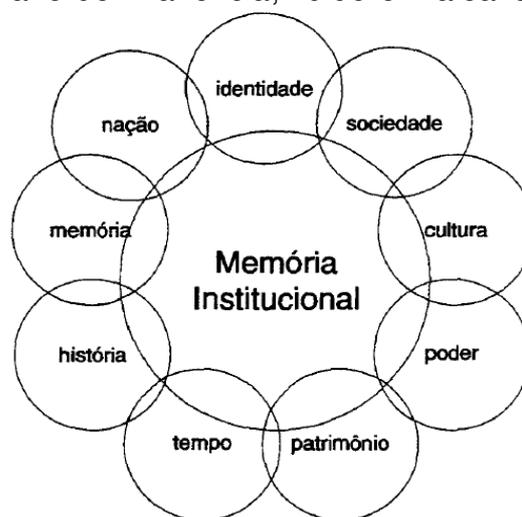
Por preservação da memória da ciência e da tecnologia se deve entender todo o amplo leque de iniciativas que visem garantir a integridade do acervo de informações referentes à produção, disseminação e emprego do saber científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento. Entre as iniciativas inerentes à mesma se destacam a localização, a conservação, o restauro, a organização, a elaboração de inventários, a proteção e a garantia de acesso aos acervos documentais. A pesquisa visando o conhecimento histórico da produção do saber científico e tecnológico bem como sua ampla e permanente disseminação fazem parte da política de memória da ciência. (BRASIL, 2003, p. 5)

No entanto, Costa (1995, p.54) nos alerta sobre as ideologias intrínsecas a construção da história, que muitas vezes caem no viés da exclusão cultural. E a autora cita Le Goff (1984, p.103):

"O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio."

Sendo assim é preciso compreender a construção da história oficial sob um solo epistemológico, refletindo sobre as realidades multifacetadas da informação. Considerando esta colocação e que a sociedade está em constante mudança, como é possível definir memória institucional?

Costa (1997, p 142) é aqui referenciada para refletir em função dessa questão que nos assaltava o espírito: Qual conceito de memória institucional? Partimos então, para a construção de um plano de imanência, fluido e maleável, um horizonte onde os personagens conceituais pudessem expressar-se, em movimentos múltiplos. Pensar em memória institucional não é um plano representável, mas os elementos conceituais fazem conexão com outros elementos, formando um rizoma. A construção conceitual diz antes o movimento e não a forma. A Figura: 11 é uma representação da construção do conceito de memória institucional segundo Costa (1997, p 142).



*Figura 11: Memória Institucional
Fonte: COSTA, 1995, p.47*

4.2 Repositório Institucional e Acesso Livre

O lançamento do Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica em 2005 é o primeiro desdobramento político no Brasil de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica. Este movimento tem raízes na situação mundial que evolui a partir da crescente valorização da ICT, já mencionada, que acontece após a Segunda Guerra Mundial. (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p. 10)

Segundo Marcondes e Sayão (2009, p.10), gerir e otimizar os fluxos da ICT se tornam, ao longo das décadas de 60 e 70 do século XX, atividades estratégicas de governos e organismo internacionais. Em uma das primeiras tentativas de identificar e mapear diferentes fluxos informacionais, os diversos atores – pessoais, institucionais, políticos, econômicos, tecnológicos etc. –, e seus papéis no nascente ciclo de comunicação científica na década de 1970, o assim chamado modelo UNISIST (1971), não previa a figura dos repositórios institucionais.

Um dos segmentos economicamente mais fortes da indústria da informação é constituído pelos editores científicos editores privados, que talvez devessem ser mais apropriadamente chamados de publicadores científicos comerciais. (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p.11 e 12)

É importante assinalar para a compreensão deste processo, que até o surgimento da Internet, os publicadores desempenhavam um papel essencial e único no fluxo internacional de ICT: o de disseminarem de forma ampla, através da venda de assinaturas e distribuição, em fascículos, o conhecimento científico, acumulado sob a forma das coleções de periódicos distribuídas nas bibliotecas especializadas e acadêmicas. (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p. 13 e 14)

O próximo capítulo desta história, que define os contornos da problemática do livre acesso como acontece atualmente, é o surgimento da Internet e da WWW, em fins da década de 1980. O primeiro repositório digital de preprints surge em 1991, no laboratório de física de Los Alamos, Novo México, EUA, coordenado pelo físico Paul Ginsparg (1996). O primeiro periódico totalmente eletrônico, The Online Journal of Clinical Trials, surge em 1992 (PEEK; POMERANTZ, 1998). (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p. 14)

No entanto, muito mais que uma peça tecnológica, um repositório institucional se constitui hoje, no contexto de um amplo e crescente movimento internacional de apoio ao livre acesso à informação científica, num ator político (RIEGER, 2008) que desempenha um papel inédito, como nunca antes visto, no ciclo de comunicação científica. (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p.9)

A partir do início da década de 90 do século XX parcelas crescentes da comunidade acadêmica, incluindo aí associações de pesquisadores e de bibliotecas especializadas e acadêmicas, passam a buscar alternativas ao crescente custo de assinaturas imposto pelos publicadores comerciais. Com o surgimento da Internet a alternativa torna-se clara. Era possível publicar na Internet, a um custo mínimo, com um alcance mundial e com uma rapidez entre a submissão do artigo e sua publicação consideravelmente maior. A lógica das cobranças de assinaturas, começa a ser confrontada por vários setores da comunidade acadêmica, a lógica do livre acesso. (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p. 14)

Dentro das políticas de livre acesso que vão se formulando por todo o mundo, os repositórios institucionais assumem um papel-chave. Longe de serem somente um aparato tecnológico, os repositórios institucionais se inserem como um instrumento dentro de uma política institucional, de determinada área de conhecimento ou comunidade acadêmica e, mesmo, nacional. Para se chegar ao livre acesso a informação científica de forma generalizada, o movimento pelo livre

acesso propõe dois mecanismos, chamados de “vias”: a via dourada, é uma orientação para que os periódicos científicos publiquem segundo a concepção do livre acesso. Esta via só é possível se os editores de periódicos aderirem à filosofia do livre acesso. De forma complementar a via dourada, é proposta também a via verde, que consiste justamente no depósito de trabalhos acadêmicos na rede de repositórios institucionais espalhadas crescentemente por todos os países do mundo, pelas mais diferentes instituições produtoras de conhecimento científico, tipicamente universidades, institutos de pesquisa e órgãos governamentais. (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p. 17)

De acordo com Marcondes e Sayão (2009, p.10), os repositórios institucionais são entendidos hoje como elementos de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação em longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição.

Já, Costa e Leite (2009, p. 163), vão além e definem repositório institucional como: termo utilizado para representar um novo serviço bibliotecário cuja ênfase é constituir, gerenciar e, sobretudo, disseminar amplamente coleções digitais de informação científica, de modo que a comunicação, acesso e uso de resultados de pesquisa fossem expandidos.

Costa e Leite (2009, p. 163) afirmam que existem quatro atributos fundamentais que explicitam com propriedade os requisitos e a natureza de um repositório institucional: institucionalmente definido; científica ou academicamente orientado; cumulativo e perpétuo; aberto e interoperável.

Em relação a ser “cumulativo e perpétuo”, é importante notar que essa é uma das motivações iniciais da proposta de repositórios institucionais, qual seja, preservar a produção intelectual de uma instituição para lhe garantir acesso amplo e irrestrito. Isso, por sua vez, requer a implementação de políticas de depósito, de preservação, de acesso e de uso. (COSTA e LEITE, 2009, p. 164)

Segundo Lynch e Lippincott (2005), os repositórios institucionais estão sendo posicionados de forma decisiva como uma infraestrutura de propósito geral dentro do contexto da mudança da prática acadêmica, dentro da pesquisa eletrônica e da ciberinfraestrutura, e nas visões da universidade na era digital. Os repositórios institucionais não estão sendo implantados simplesmente em resposta

às preocupações sobre o sistema de publicação acadêmica existente, o custo dos periódicos e o movimento de acesso aberto, embora eles certamente estejam sendo usados para apoiar agendas relacionadas ao acesso aberto à literatura acadêmica tradicional.

Os repositórios institucionais estão sendo reconhecidos de forma clara e ampla como infra-estrutura essencial para a erudição no mundo digital. Isso é evidente com base no nível de implantação real e adoção planejada dentro do setor universitário de pesquisa. Conseqüentemente, parece altamente provável que nos próximos anos se verifiquem conexões crescentes entre repositórios institucionais como infraestrutura e as questões mais amplas que estão surgindo sobre as estratégias e infra-estrutura necessárias para apoiar a gestão, disseminação e curadoria de dados de pesquisa (no nacional, disciplinar e níveis institucionais). (LYNCH e LIPPINCOTT, 2005)

Informação é um insumo essencial para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o desenvolvimento social e econômico de um país. O livre acesso à informação científica é um dos seus instrumentos, os repositórios institucionais, são atualmente um dos mais importantes desafios políticos e profissionais com que se deparam hoje os profissionais de informação no Brasil. (MARCONDES e SAYÃO, 2009, p. 19)

4.3 Repositório Institucional da Fiocruz - ARCA

A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz foi pioneira em direção ao “Acesso Livre” na área por meio de duas iniciativas lideradas pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - Icient. A primeira delas foi o lançamento da “Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde – RECIIS”, situada na via dourada do acesso livre. A segunda iniciativa foi a implementação do ‘Repositório Institucional da Fiocruz – ARCA³ situada na via verde. (CARVALHO, SILVA e GUIMARÃES, 2012, p.97)

O Repositório Institucional da Fiocruz – ARCA iniciou suas atividades, como um projeto, em 2007, com o objetivo de garantir a preservação da memória da produção científica e técnica do Icient e sua ampliação na perspectiva de promover

³ Acesse ao portal ARCA através do link: < <https://www.arca.fiocruz.br/>>

o acesso livre e irrestrito da produção intelectual da Fiocruz. (CARVALHO, SILVA e GUIMARÃES, 2012, p.97)

Segundo Carvalho, Silva e Guimarães (2012, p.98 - 99) destaca-se a iniciativa do Icict, representando a Fiocruz, como “[...] a primeira instituição brasileira de saúde a assinar o Manifesto Brasileiro de Incorporação ao Movimento Internacional em favor do Acesso Livre à Informação Científica, em dezembro de 2008”, no I Workshop sobre Acesso Livre realizado no auditório da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, movimento liderado pelo IBICT.

Segundo Carvalho, Silva e Guimarães (2012, p.99), o ARCA utiliza o software livre DSpace, que transfere para a organização a responsabilidade pela gestão da informação coletada e utiliza o padrão de metadados Dublin Core, seguindo o protocolo de comunicação OAI - Open Archives Initiative. Nasceu como um projeto das bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology - MIT, sendo disponibilizado publicamente como um sistema gratuito de código aberto em 2002 (RODRIGUES et al., 2004). A customização do DSpace foi realizada pela equipe de Tecnologia da Informação (TI), com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Em outubro de 2010, a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento foi considerada prioridade pelo 6º Congresso Interno da Fiocruz – instância colegiada máxima de gestão institucional. Com isso, em 2011, o ARCA deixou de ser um projeto e se institucionalizou na estrutura organizacional do Icict, passando a existir como uma atividade de informação da Fiocruz, dentro dos moldes do ‘Acesso Livre’. No mesmo ano, a Escola de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) aderiu ao Movimento Internacional de Acesso Livre ao Conhecimento.

Entre 2012 e o ano de 2014, aconteceu o processo de elaboração da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento na Fiocruz, marcado por uma sequência de etapas pontuadas a seguir (Figura: 12):

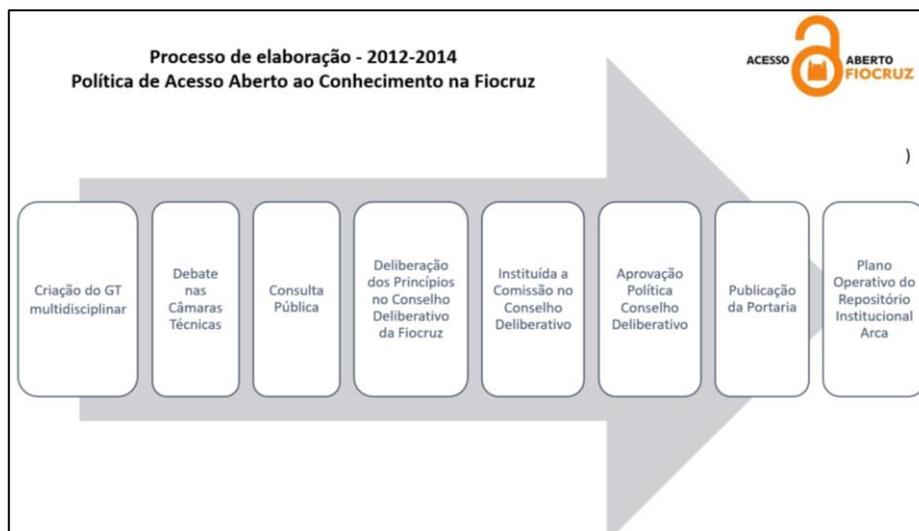


Figura 12: Elaboração da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento na Fiocruz
Fonte: MARANHÃO, ARAÚJO e QUEIROZ, 2018, p.5

Em março de 2014, a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento⁴ foi publicada pela Presidência da Fiocruz legitimada pela Portaria do MS⁵/nº 938, de 22.07.99, a política foi retificada sob o número 382/2014-PR. Esta passou a ser um dos componentes e parte integrante da Política de Informação e Comunicação da Fiocruz. Evidencia-se os seguintes artigos:

Capítulo 1. Definições e Objetivos

Art. 1º

Parágrafo Único - São objetivos da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz:

I. Favorecer o **acesso** público e gratuito ao conhecimento produzido pela instituição; II. Preservar a **memória institucional**; III. Dar **visibilidade e disseminar a produção intelectual**; IV. Apoiar o **planejamento** e a **gestão da pesquisa**; V. Estabelecer **diretrizes de registro e publicização** da produção intelectual.

Art.2º.

O Repositório Institucional **Arca é o principal instrumento** de realização do Acesso Aberto instituído por esta Política.

Capítulo 5. Do Estímulo e do Financiamento

Art. 27 A adesão à Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz visa:

§ 5º Consolidar o **Repositório Institucional Arca** como o **instrumento de gestão da informação científica da Instituição**. O Arca é a **referência** para todos os **processos institucionais** que necessitem de informação sobre a **produção científica** como, por exemplo, **avaliação de desempenho, avaliação dos programas de pós-graduação, planejamento**, dentre outros.

⁴Acesse a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento através do link:
 <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf>

⁵ Ministério da Saúde

Todos os documentos depositados no ARCA devem ter um caráter de propriedade intelectual e ser produzidos por profissionais vinculados à Fiocruz. O autoarquivamento deverá ser realizado, preferencialmente, pelos autores diretamente no ARCA, com o preenchimento de 3 metadados – autor, título, ano da publicação e o upload/depósito do documento. Após este processo, o registro será certificado e disponibilizado para consulta. O ARCA está organizado internamente em Comunidades que representam as diversas unidades da Fiocruz, em Subcomunidades e em coleções, que reúnem documentos por tipologia - teses, dissertações, artigos de periódicos, etc.

Hoje o ARCA conta com seu acervo caracterizado com as seguintes tipologias: Anais de Congresso, Artigos de Periódicos, Capítulos de Livros, Carta, Dados de Pesquisa, Dissertações de Mestrado dos alunos dos programas de pós-graduação da Unidade, Dissertações de Mestrado dos Profissionais da Unidade, Fotografias, Jogos, Livros Publicados, Manuais e Procedimentos Técnicos, Patentes, Preprint, Recursos Educacionais, Relatórios de Pesquisa, Relatórios Institucionais, Revistas/Boletins, Termos de Referência, Teses de Doutorado dos alunos dos programas de pós-graduação da Unidade, Teses de Doutorado dos Profissionais da Unidade, Trabalhos Apresentados em Eventos, Trabalhos de Conclusão de Curso, e Vídeos.

5. METODOLOGIA

O Repositório Institucional ARCA⁶ é o principal instrumento de operacionalização da Política de Acesso Aberto da Fiocruz, uma vez que esta regula as ações de registro, preservação e disseminação aberta à sociedade das obras intelectuais desenvolvidas pela Fiocruz.

A Fiocruz reconhece e respeita os direitos autorais, sejam eles morais ou patrimoniais, e demais direitos de propriedade intelectual. Reconhece, também, que é dever das instituições públicas assegurar à sociedade o acesso ao conhecimento por elas produzido, conforme estabelece o artigo nº 27 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O acesso às obras intelectuais depositadas no Repositório Institucional Arca deverá observar as hipóteses legais de sigilo obrigatório vigentes, em especial as presentes nas leis:

- - nº 9.279/96 (sobre direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)
- - nº 9.609/98 (sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador)
- - nº 10.973/2004 (sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica)
- - nº 12.527/2011 (sobre o acesso a informações).

Conforme descrito na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, os depósitos de artigos são feitos, preferencialmente pelos próprios autores ou por meio dos Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (Naacs) - instância de governança responsável em cada unidade da Fiocruz pela coordenação, gestão, operação, participação, promoção e pelo acompanhamento da adesão ao Arca. O depósito de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, não são depositadas pelo diretamente pelo autor, elas vêm através de migração.

Fundamentada nessas informações, a metodologia deste projeto foi subdividida nas seguintes etapas:

1. Apoio e aprendizado da ferramenta: desenvolvimento de rede de apoio com a gestão do ARCA, participar do curso de Treinamento para o Arca.

⁶ Acessado sob o link: <www.arca.fiocruz.br>

2. Busca exaustiva de todos os documentos junto a gestora do projeto:

Levantamento de material em HD externo, *pendrive* e na *Plataforma Lattes* como estratégia complementar.

3. Digitalização de documentos físicos, se houver necessidade

4. Identificação e categorização:

Caracterizado por conteúdos díspares, tais como:

- Resumos em anais de eventos científicos;
- Artigos em revistas indexadas;
- Matéria em revistas jornalísticas/sites INI e Lista L-Fiocruz;
- Videobooks (imagens);
- Livro;
- Materiais educativos.

5. Averiguação da documentação em uma perspectiva ética/legal:

Termo de Autorização de Uso de Imagem, entre outras questões ético/legais.

6. Construção dos Metadados:

- Utilização dos Manuais de tratamento de dados⁷⁻⁸ como apoio: preenchimento de metadados para entrada no ARCA.
- Tipo de documento: hoje o repositório abarca 26 coleções. Essas coleções irão atender a diversidade de documentos produzidos pelo *Plataforma de Saberes*?
- Analisar e avaliar a necessidade de criar novos metadados para tipologias inéditas.

⁷ Manual de tratamento de dados: preenchimento de metadados para entrada no Arca - Repositório Institucional da Fiocruz. 3. ed. rev. e aum.; acessado sob o link: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13257>>

⁸ Manual de tratamento de dados: preenchimento de metadados para entrada no Arca: Recursos Educacionais Abertos, acessado sob o link: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16420>>

6. RESULTADOS ESPERADOS

Estima-se que essa iniciativa irá organizar esse grande mosaico de produção realizada pelo projeto *Plataforma de Saberes*, numa perspectiva do livre acesso, com o compromisso de preservação da memória digital deste projeto. A construção desse acervo facilitará a busca e recuperação de dados, viabilizando sua disseminação e promovendo o processo de comunicação e visibilidade.

7. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Política nacional de memória da ciência e da tecnologia: relatório da comissão especial constituída pela Portaria 116/2003 do presidente do CNPq, em 4 de julho de 2003. Brasília, DF, 2003. 11p. Disponível em: <<http://www.ghct.usp.br/server/SBHC/Memoria-CT.pdf>>. Acessado em: 18 de ago. 2018.

CARVALHO, Maria da Conceição Rodrigues de; SILVA, Cícera Henrique da; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Repositório institucional da saúde: a experiência da Fundação Oswaldo Cruz. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 97-103, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4153/3/Repositorio_Institucional_Saude.pdf> Acessado em: 19 de nov. 2018.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>>. Acessado em: 19 de nov. 2018.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: um conceito em definição. INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v.1, n.2, p.45-51. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003187/8195cf21c4ff02864237f60fca096634>>. Acessado em: 19 de nov. 2018.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação Implantação e gestão de repositórios institucionais. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acessado em: 19 de nov. 2018.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. ARL Bimonthly Report 26. 2003. Disponível em: <<http://old.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acessado em: 10 de nov. 2018.

LYNCH, Clifford A. LIPPINCOTT, Joan K. Institutional Repository Deployment in the United States as of Early 2005.

Volume 11, Number 9; D-Lib Magazine
September, 2005. Disponível em: < <http://webdoc.sub.gwdg.de/edoc/aw/d-lib/dlib/september05/lynch/09lynch.html>>. Acessado em: 23 de nov. 2018.

MARANHÃO, Ana Maria Neves; ARAUJO, Luciana Danielli de; QUEIROZ, Claudete Fernandes de. Arca - Repositório Institucional da Fiocruz: 2011-2018. In: ENCONTRO CAPES DE CIÊNCIA ABERTA - REPOSITÓRIOS DIGITAIS, 1., 2018, Brasília, DF. Anais. Brasília, DF: CAPES, 2018. 35 p. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28964>>. Acessado em: 23 de nov. 2018.

MARCONDES, Carlos Henrique, SAYÃO, Luís Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação Implantação e gestão de repositórios institucionais. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acessado em: 19 de nov. 2018.

Portal ARCA: Sobre o Repositório - Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/terms/sobre.jsp>> Acessado em: 18 de out. 2018.

Portal Fiocruz: Comunicação e Informação – Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/na-fiocruz>> Acessado em: 18 de out. 2018.

RODRIGUES, Eloy [et al.] – RepositóriUM: criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004 - “Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão”: actas. [CD-ROM]. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2004. ISBN 972-9067-36-8. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/422>>. Acessado em: 19 de nov. 2018.

SIQUEIRA, Denise da Costa. Comunicação e memória: das narrativas às novas tecnologias. Apresentação. Rev. Logos: Comunicação & Universidade: comunicação e memória. Ano 4, nº 7, 2º semestre/1997. Faculdade de Comunicação Social – UERJ, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14588>>. Acessado em: 20 de out. 2018.

SOUZA, Claudia Teresa Vieira de Souza, et. Al. Espaços de conhecimento científico e cultural na promoção da saúde: ações para minimizar as iniquidades em saúde. Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva. v. 6, n. 4. Universidade de Brasília (UnB) – 2012. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1215>> Acessado em: 15 de out. 2018.

8. CRONOGRAMA

ATIVIDADE/MÊS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Aprendizado e customização da ferramenta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Busca exaustiva de todos os documentos junto a gestora do projeto	X	X	X	X	X							
Identificação de cada documento e criar categorias					X	X	X					
Digitalização de documentos físicos, se houver a necessidade								X				
Averiguação da documentação em uma perspectiva ética/legal									X	X	X	
Upload no Repositório												X

9. ORÇAMENTO

Para a preservação do projeto *Plataforma de Saberes* serão necessários para a execução do projeto a contratação de mão de obra especializada e custeio de materiais de consumo. O uso dos equipamentos eletrônicos é cabível ao processo de trabalho da rotina do Laboratório de Epidemiologia e Determinação Social da Saúde. Abaixo estará descrito os itens necessários e respectivamente o valor do investimento para a realização de todas as etapas do cronograma:

ITEM	VALOR
Arquivista Período: 12 meses	R\$ 1.500,00 mensal Total: R\$ 18.000,00
Material de consumo (Papel, tonner, entre outros)	R\$ 250,00
TOTAL	R\$ 18.250,00